

Crise gera perdas mensais de US\$ 3 bi ao mercado

Helival Rios

Centenas de negócios do mercado de capitais que entraram em compasso de espera desde o agravamento da crise Collor-PC somente deverão se normalizar na primeira quinzena de agosto, após o final dos trabalhos da CPI que apura o assunto. Esta constatação está deixando inquieto o mercado, que estima prejuízos de aproximadamente US\$ 3 bilhões por mês de paralisação. Só o mercado de ações está deixando de movimentar negócios de Cr\$ 120 bilhões por dia.

Várias empresas brasileiras que estavam programando lançamentos de papéis para o início deste mês adiaram os lançamentos para o mês de setembro, prejudicando, assim, toda a programação de investimentos para este ano.

Duas dessas companhias que tinham inclusive programação casadas de ADR (American Depositary Receipt pelo qual bancos estrangeiros compram ações das empresas e em seguida lançam esses títulos para respaldar as ações), nos Estados Unidos, cancelaram toda sua programação — a Telebrás e a Riocel (telefonia e papel e celulose).

Vacas magras

Na época de bom desempenho, as bolsas brasileiras chegaram a movimentar entre Cr\$ 250 bilhões e Cr\$ 500 bilhões ao dia, movimento que imediatamente antes da crise política havia se reduzido para a faixa entre Cr\$ 150 bi e Cr\$ 200 bilhões.

Com a crise, esse movimento caiu para a faixa de Cr\$ 80 bilhões ao dia. Mas isso não é tudo. Além das bolsas, foram enormemente prejudicados os ingressos de recursos externos no Brasil e o movimento em todo o mercado financeiro, deixando praticamente de existir a colocação de CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) de mais de 30 dias.

Diante do grau de incerteza sobre o futuro do País, os investidores preferem aplicar em CDBs de 30 dias, efetuando uma rolagem ao final do período. O mercado inteiro se encontra hoje em stand by ou em compasso de espera, na opinião de vários analistas ouvidos ontem pelo *Jornal de Brasília*.

Várias lideranças do mercado estão, inclusive, iniciando pressões junto aos partidos políticos e aos parlamentares que integram a CPI

no Congresso, para que se procure apressar mais ainda os trabalhos da CPI de modo que o País saia

“Dolarizar não é remédio”

Rio— A dolarização da economia seria “uma péssima medida para o Brasil e por isso mesmo não será adotada”, afirmou ontem o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira (foto). Ele disse que essa proposta não é “um remédio” para o País e seria uma interferência brutal do governo na vida econômica, o que negaria toda a filosofia do governo Collor de reduzir a atuação do Estado na economia. A dolarização, segundo ele, inibiria ainda as exportações, cujo papel contracíclico é muito importante no Brasil. O ministro informou que os fechamentos de câmbio relativos à exportação cresceram 18,7% até maio, em relação aos cinco primeiros meses do ano passado e previu um crescimento “possível” do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2% e 3% para este ano.

Marcílio disse que o governo deixou de ser um “feitor de planos” para ser condutor de uma política econômica. A dolarização seria a



volta de “mais um plano artificial” e criaria uma potencial crise cambial. “Até o ministro Domingo Cavallo, da Argentina, discorda em que ela seria boa para o Brasil”, disse.

O crescimento entre 2% e 3% do PIB, de acordo com o ministro, “é a recuperação que o País tem condições de absorver, sem criar novas pressões inflacionárias”, já que neste nível de expansão a capacidade ociosa das empresas poderia ser aproveitada. Para o segundo semestre a expectativa do ministro é a de que dois fortes fatores contribuam para a queda da inflação: o aumento da arrecadação fiscal e menor pressão de massa de dinheiro na economia, com o fim da devolução dos cruzados novos.

mais rapidamente do compasso de espera que está levando a prejuízos absurdos.

Retração

As empresas que pretendiam captar recursos no mercado tam-

bém se retraem, temendo uma baixa cotação dos seus papéis. Com isso, elas atrasam seu programa de investimentos, fato que vai repercutir negativamente no nível de produção nacional e de emprego.

E o pior de tudo é que, no que diz respeito aos lançamentos casados com o mercado norte-americano, o Brasil corre o risco de perder boas oportunidades, pois quando as empresas se retraem nos lançamentos, abrem a vez para concorrentes de outros países.

O Brasil está, desse modo, deixando de captar recursos importantes no mercado internacional que poderiam ser alocados em favor da retomada do crescimento econômico.

Somente no mês de julho, cerca de dez empresas que preparavam lançamentos de papéis, algumas delas lançamentos simultâneos casados com ADRs no mercado norte-americano, adiaram seus lançamentos para setembro.

O que ninguém sabe, contudo, é se em setembro, depois de toda essa crise política, continuará havendo receptividade para os papéis brasileiros. É possível que, nesse período de paralisação, muitos investidores norte-americanos e mesmo os bancos daquele país que coordenam as operações com ADRs decidam trocar as empresas brasileiras por outras de outros países. Os custos da crise política, vista dessa forma portanto, são irreversíveis, na opinião de vários analistas do mercado, entre eles o diretor da Associação Brasileira dos Analistas de Mercado de Capitais (Abamec), Francisco José Medeiros Braum.